

Procedimento concursal comum para preenchimento de 31 postos de trabalho da carreira de técnico superior no Mapa de Pessoal do IFAP, I.P.

Aviso (extrato) n.º 22207/2024/2, publicado no Diário da República n.º 194, 2.ª série, de 07/10/2024

Oferta na Bolsa de Emprego Público Código OE202410/0207

PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

Escola Secundária D. Filipa de Lencastre, Lisboa
29 de março de 2025

CLASSIFICAÇÃO:

NÚMERO:

(a atribuir pelos Serviços para correção sob anonimato)

NOME: _____

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: (Tipo e número)

SOB PENA DE ANULAÇÃO: As provas não deverão ser assinadas, rubricadas ou conter quaisquer sinais identificadores do/a candidato/a, exceto desta folha onde deve ser escrito o nome completo de forma legível.

Instruções para a realização da prova escrita

Preencha a folha individual de identificação no rosto da prova, de forma legível.

O documento de identificação deverá permanecer em cima da mesa do candidato durante toda a prova.

É permitida a consulta em suporte de papel à documentação prevista no aviso de abertura do procedimento concursal.

Durante a realização desta prova não é permitida a utilização de qualquer equipamento eletrónico e de telecomunicações.

Como material de escrita, o candidato apenas poderá utilizar caneta ou esferográfica, de tinta azul ou preta.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

Querendo desistir da prova, o candidato apenas poderá abandonar a sala 30 minutos após o início da mesma, devendo entregar a prova ao vigilante.

O candidato poderá iniciar a prova até 15 minutos depois do início da mesma. Não será permitida a realização da prova após essa hora.

A prova é constituída por 20 (vinte) questões de escolha múltipla, valendo 0,75 valores cada uma, num total parcial de 15 (quinze) valores, e por 2 (duas) questões de desenvolvimento, valendo 2,5 (dois e meio) valores cada uma.

Nas questões de escolha múltipla, o candidato deverá escolher a resposta que considerar mais correta ou mais completa, assinalando com um "X" a marca respetiva. Caso se engane na resposta a uma pergunta deverá escrever um "círculo" sobre o "X" inicialmente indicado, assinalando de seguida com um "X" a resposta correta.

A cotação da questão é atribuída à resposta que se apresente, de forma inequívoca, como única opção correta ou a mais completa.

São classificadas com zero valores as respostas em que é assinalada uma opção incorreta ou mais do que uma opção.

Não serão aceites respostas escritas fora do espaço respetivo. As respostas incompreensíveis ou ilegíveis não serão consideradas.

As respostas deverão ser escritas nas folhas que se seguem, as quais deverão permanecer anexadas à folha de identificação.

A prova não deve ser desagradada. Se, acidentalmente, tal ocorrer, deve ser imediatamente contactado o vigilante presente.

No decurso da prova não será efetuada a substituição de folhas da prova. A substituição de provas só pode ocorrer no início e nos casos em que o candidato constate haver erros de impressão/ páginas a mais ou a menos.

Não é permitido o uso de corretor.

A correção será efetuada sob anonimato, pelo que a prova não deverá conter qualquer elemento identificador do candidato. Os dados de identificação do candidato constarão da folha a destacar, antes da remessa das provas ao júri para correção. A quebra do anonimato implica a anulação da prova pelo júri.

Para eventuais esclarecimentos durante a prova pode solicitar a presença do vigilante, mas de modo a evitar importunar os restantes candidatos. Os comportamentos considerados inadequados ou inoportunos implicam a anulação da prova e a saída imediata da sala.

Quando terminar a prova deverá entregá-la, com a folha de identificação, ao vigilante.

PROVA DE CONHECIMENTOS

<p>NÚMERO: (a atribuir pelos Serviços para correção sob anonimato)</p> <p>_____</p>
--

Parte I - Das seguintes questões escolha a resposta que considera mais correta ou mais completa assinalando com um "x" a marca respetiva.

Questão 1 - Indique qual o período do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal: (fonte - https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027)	
a) 2021 - 2025	<input type="checkbox"/>
b) 2021 - 2027	<input type="checkbox"/>
c) 2023 - 2027	<input checked="" type="checkbox"/>

Questão 2 - O financiamento comunitário do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) é efetuado pelos Fundos: (fonte - https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027)	
a) FEAGA e FEADER	<input checked="" type="checkbox"/>
b) FEAMPA e FEADER	<input type="checkbox"/>
c) FEAGA e FEAMPA	<input type="checkbox"/>

Questão 3 - Identifique o diploma nacional que aprova o Regulamento dos pedidos de ajuda e de pagamento a apresentar ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.): (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Portaria n.º 54-F/2023	<input type="checkbox"/>
b) Portaria n.º 54-H/2023	<input type="checkbox"/>
c) Portaria n.º 54-L/2023	<input checked="" type="checkbox"/>

Questão 4 - Os beneficiários devem registar-se na área reservada do portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt, nomeadamente para: (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Atualização do seu parcelário de forma desmaterializada	<input type="checkbox"/>
b) Consulta das informações públicas dos seus pagamentos	<input type="checkbox"/>
c) Acesso a documentos relativos aos seus processos, nomeadamente, do parcelário, da sua exploração agrícola (iE), dos documentos ortofotográficos (P3), dos relatórios de controlo no local ou do controlo administrativo ou dos resultados do Sistema de Vigilância de Superfícies (SVC) e ao pagamento de ajudas	<input checked="" type="checkbox"/>

Questão 5 - Os prazos de apresentação do formulário do Pedido Único (PU) são fixados: (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Pelo Conselho Diretivo do IFAP e divulgados na área pública do portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt	X
b) Pelo Ministro da Agricultura e Pescas e divulgados na área pública do portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt	
c) Pela Comissão Europeia e divulgados na área pública do portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt	

Questão 6 - O Sistema de Vigilância de Superfícies (SVS), previsto no artigo 10.º do Regulamento (UE) 2022/1173, da Comissão, de 31 de maio, aplica-se a todos os Pedidos Únicos (PU) para: (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Avaliação das condições de elegibilidade que podem ser monitorizadas a partir dos dados dos satélites Sentinel do Programa Copernicus ou de outros dados disponíveis de valor equivalente	X
b) Avaliação das intervenções ou superfícies candidatas no PU que não podem ser monitorizadas a partir dos dados dos satélites Sentinel do Programa Copernicus	
c) O beneficiário demonstrar o cumprimento das condições de elegibilidade, submetendo fotografias através da aplicação 'IFAP Mobile'	

Questão 7 - No Pedido Único (PU) o beneficiário é obrigado a declarar: (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Todas as parcelas utilizadas para o exercício da atividade da exploração	
b) Apenas as parcelas agrícolas da sua exploração que quer candidatar às ajudas	
c) Todas as parcelas agrícolas da exploração independentemente de estas serem ou não objeto de pedido de ajudas	X

Questão 8 - O Pagamento aos Pequenos Agricultores é um pagamento anual que: (fonte - Portaria nº 54-D/2023)	
a) Substitui todas as outras intervenções do Pedido Único	
b) É concedido até ao máximo de 20 hectares elegíveis	
c) Substitui todas as outras intervenções de pagamentos diretos	X

Questão 9 - O Pagamento aos Pequenos Ruminantes é concedido ao beneficiário que: (fonte - Portaria nº 54-I /2023)	
a) Detenha pelo menos 10 animais por exploração durante o período de retenção	
b) Detenha pelo menos 10 animais elegíveis identificados e registados no SNIRA durante o período de retenção	X
c) Detenha pelo menos 10 animais identificados e registados no SNIRA	

Questão 10 - As intervenções setoriais previstas no Eixo B do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), em Portugal, destinam-se a apoiar os seguintes setores: (fonte - https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027)	
a) Frutas e Hortícolas, Apicultura e Vitivinícola	X
b) Apicultura, Azeite e Vitivinícola	
c) Frutas e Hortícolas, Azeite e Cereais	

Questão 11 - Os princípios e os procedimentos relativos às disposições financeiras constantes nos artigos 101.º e 102.º do Regulamento (UE) 2021/2115, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro, são aplicados: (fonte - Portaria nº 54-P/2023)	
a) Às intervenções do eixo “C - Desenvolvimento Rural” do PEPAC Portugal	
b) Às intervenções do eixo “A - Rendimento e Sustentabilidade” do PEPAC Portugal	X
c) Às intervenções dos eixos “A - Rendimento e Sustentabilidade” e C – “Desenvolvimento Rural” do PEPAC Portugal	

Questão 12 - O período de compromisso para todas as intervenções do domínio “C.1 – Gestão Ambiental e Climática” é de: (fonte - Portaria nº 54-C/2023)	
a) Cinco anos consecutivos	
b) Dois anos	
c) Nenhuma das opções	X

Questão 13 - O controlo administrativo e verificações físicas no local (VFL), no âmbito das medidas de Apoio ao Investimento e no contexto da submissão de um pedido de pagamento, por parte do beneficiário, são efetuados com o objetivo de aferir: (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Correções de despesas apresentadas em pedidos anteriores e alterações no âmbito das candidaturas	
b) Cumprimento dos critérios de elegibilidade, compromissos e outras obrigações relativamente às intervenções em causa, ao abrigo das quais são concedidos as ajudas ou a isenção de obrigações	X
c) Alterações que impliquem modificação dos valores e da estrutura de investimento de origem e da alteração de candidaturas	

Questão 14 - Nas medidas de Apoio ao Investimento, o valor do adiantamento a solicitar pelo beneficiário pode ser até 50% da ajuda aprovada, consoante tal se encontre previsto nos regulamentos específicos, mediante a apresentação de garantia bancária. No caso dos beneficiários públicos, a garantia bancária referida pode ser substituída por: (fonte - https://www.ifap.pt/portal/investimento)	
a) Seguro caução, deve ser efetuado por uma Instituição Financeira que tenha sede ou estabelecimento na União Europeia e esteja incluída na lista aprovada pelo Banco de Portugal	
b) Garantia Escrita, a qual deverá estar enquadrada dentro dos limites de autorização de despesa conferidos à entidade responsável pela sua emissão e em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, devendo ser anexa à mesma o devido suporte documental justificativo	X
c) Não pode ser substituída	

Questão 15 - Qual é o objetivo principal das verificações no local? (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Aferir a exatidão do pedido de ajuda ou de pagamento solicitado pelo beneficiário	X
b) Atribuir novos apoios financeiros ao beneficiário	
c) Aplicar penalizações financeiras a todos os beneficiários fiscalizados	

Questão 16 - Como são selecionadas as amostras de controlo para as verificações no local? (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) São selecionadas apenas aleatoriamente	
b) São selecionados aleatoriamente e com base numa análise de risco	X
c) São selecionados apenas com base numa análise de risco	

Questão 17 - A impossibilidade da execução de uma verificação no local por razão imputável ao beneficiário é considerada sempre uma recusa a controlo? (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Sim, sempre	
b) Não, em casos de força maior e em circunstâncias excecionais devidamente justificadas	X
c) Não	

Questão 18 - O beneficiário tem direito ao conhecimento dos resultados das verificações no local? (fonte - Portaria nº 54-L/2023)	
a) Não	
b) Sim	X
c) Sim, apenas se estiver presente	

Questão 19 - O incumprimento dos compromissos ou outras obrigações, no âmbito das intervenções, às quais não se aplica o sistema integrado de gestão e de controlo, nos termos do artigo 65.º do Regulamento (UE) 2021/2116 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro, podem determinar a aplicação de reduções e exclusões. A medida concreta das reduções é determinada em função: (fonte - www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-regulamentacao - Normas gerais do PEPAC Portugal)	
a) Da imputação de despesas não relacionadas com a execução da operação ou não justificadas através de faturas, bem como de despesas não relevadas na contabilidade	
b) Da gravidade, extensão, duração e recorrência do incumprimento	X
c) Da existência de alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação que ponham em causa o mérito da operação ou a sua razoabilidade financeira	

Questão 20 - O dever de isenção do trabalhador preconiza: (fonte - Lei nº 35/2014 (LGTFP))	
a) O conhecimento e aplicação das normas legais e regulamentares	
b) Prestar aos cidadãos, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada	
c) Não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce	X

Parte II - Questões de desenvolvimento

1. Descreva sucintamente o que é a Política Agrícola Comum (PAC), identifique os seus principais objetivos e os três grandes grupos de apoios/medidas na área de intervenção da PAC.

O candidato deverá abordar os seguintes temas:

a) A política agrícola comum (PAC) apoia os agricultores e garante a segurança alimentar da Europa. A PAC é uma política comum a todos os países da UE, gerida e financiada ao nível europeu, com base nos recursos do orçamento da UE.

b) Objetivos da política agrícola comum:

- apoiar os agricultores e melhorar a produtividade do setor agrícola, garantindo um abastecimento estável de alimentos a preços acessíveis;
- assegurar um nível de vida digno aos agricultores europeus;
- contribuir para a luta contra as alterações climáticas e a gestão sustentável dos recursos naturais;
- ajudar a conservar o espaço e as paisagens rurais em toda a UE;
- dinamizar a economia rural, promovendo o emprego na agricultura, na indústria agroalimentar e nos setores afins.

c) A PAC intervém com as seguintes medidas:

- apoio ao rendimento, mediante pagamentos diretos que garantem a estabilidade dos rendimentos e remuneram os agricultores por praticarem uma agricultura respeitadora do ambiente e por prestarem serviços públicos que os mercados não costumam remunerar, como a salvaguarda do espaço rural;
- medidas de mercado, para fazer face a condições de mercado difíceis, como uma quebra súbita da procura devido a uma emergência sanitária ou uma queda dos preços em consequência de uma oferta excessiva no mercado;
- medidas de desenvolvimento rural, que consistem em programas nacionais e regionais que visam dar resposta às necessidades e desafios específicos das zonas rurais.

Cotação questão 1 – 2,5 valores:

1,5 valores – Os parâmetros de avaliação a considerar são a qualidade da informação transmitida pelo candidato, tendo em conta os aspetos constantes da sugestão de correção, a capacidade de síntese e a forma coerente e sistemática de apresentação de ideias.

1 valor – Os parâmetros de avaliação a considerar, no domínio da língua portuguesa, são: ortografia, gramática e vocabulário adequado.

2. Qual é a Missão e as principais atribuições do IFAP? Identifique, pelo menos, duas bases de dados de referência geridas pelo Instituto e descreva sucintamente para que serve cada uma delas.

O candidato deverá abordar os seguintes temas:

a) O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

b) Atribuições IFAP

- Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da PAC;
- Garantir o cumprimento da função de organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Garantir o cumprimento da função de organismo intermédio, de autoridade de certificação e de organismo pagador no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), bem como assegurar a auditoria às operações do MAR2030 através da sua estrutura segregada de auditoria;
- Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

c) Bases de dados

- SIP - O SIP tem como objetivo a identificação do limite das parcelas das explorações agrícolas, às quais é atribuído um número único, assim como a delimitação e classificação das ocupações de solo, permitindo a apresentação de candidaturas a Ajudas Comunitárias e a execução de Ações de Controlo.
- SNIRA – O Sistema Nacional de Informação e Registo Animal é um sistema que estabelece as regras para a identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína, aves, coelhos e outras espécies pecuárias, sendo ainda aplicável aos equídeos.
- IB - A Identificação do Beneficiário é feita mediante a inscrição no sistema de informação do IFAP, sendo-lhe atribuído um número de identificação - NIFAP - que o permite identificar perante o IFAP e serve para:
 - Apresentação de candidaturas aos diversos Regimes de Ajuda pagos pelo IFAP;
 - Apresentação de Pedidos de Pagamento;
 - Registo de parcelas no Sistema de Identificação Parcelar (SIP), sempre que os respetivos regimes o exijam;
 - Registo de animais no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), sempre que os respetivos regimes o exijam;
 - Qualquer outra situação em que se revele necessário.

Cotação questão 2 – 2,5 valores:

1,5 valores – Os parâmetros de avaliação a considerar são a qualidade da informação transmitida pelo candidato, tendo em conta os aspetos constantes da sugestão de correção, a capacidade de síntese e a forma coerente e sistemática de apresentação de ideias.

1 valor – Os parâmetros de avaliação a considerar, no domínio da língua portuguesa são: ortografia, gramática e vocabulário adequado.